



SEÇÃO: ARTIGOS LIVRES

## A Comunhão dos Santos e o chamado universal à santidade na Igreja

*The Communion of Saints and the universal call to holiness in the Church*

*La Comunión de los Santos y la llamada universal a la santidad en la Iglesia*

**Cezar Luis Morbach<sup>1</sup>**

[orcid.org/0009-0001-9158-1765](https://orcid.org/0009-0001-9158-1765)  
[cezarl.morbach@gmail.com](mailto:cezarl.morbach@gmail.com)

**Recebido em:** 29 abr. 2024.

**Aprovado em:** 24 maio 2024.

**Publicado em:** 02 out. 2024.

**Resumo:** Somente Deus é Santo (Ex 19,5), mas Ele fez da santidade um dom para o Seu povo. A Igreja assumiu esse dom e essa missão, motivando seus membros a buscarem a santidade própria da sua indole. Ela o faz através do culto dos santos, já presente nos primeiros séculos da Igreja, bem como através da profissão de fé na *Communio Sanctorum* do Credo apostólico. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Vaticano II desenvolve o tema da Comunhão dos Santos, ainda que não o apresente com esses termos. Com isso, deseja recordar a unidade da Igreja – peregrina, necessitada de purificação e celeste – e a vocação universal à santidade de todo batizado. Ao apresentar os santos como irmãos e benfeitores, a Constituição convida os fiéis à comunhão com os santos através da oração e intercessão, bem como através do exemplo de tantos homens e mulheres que configuraram suas vidas a Cristo.

**Palavras-chave:** santos; Igreja; comunhão; santidade; vocação.

**Abstract:** Only God is Holy (Ex 19, 5), but He made holiness a gift for His people. The Church assumed this gift and mission by motivating its members to seek the holiness inherent to their nature. It does so through the cult of saints, already present in the first centuries of the Church, as well as through the profession of faith in the *Communio Sanctorum* of the Apostolic Creed. The Dogmatic Constitution *Lumen Gentium* of Vatican II develops the theme of the Communion of Saints, although it does not present it in these terms. With this he wishes to recall the unity of the Church – pilgrim, in need of purification and heavenly – and the universal vocation to holiness of every baptized person. By presenting the saints as brothers and benefactors, the Constitution invites the faithful to commune with the saints through prayer and intercession, as well as through the example of so many men and women who configured their lives to Christ.

**Keywords:** saints; Church; communion; holiness; vocation.

**Resumen:** Sólo Dios es Santo (Ex 19, 5), pero Él hizo de la santidad un don para Su pueblo. La Iglesia asumió este don y esta misión motivando a sus miembros a buscar la santidad inherente a su naturaleza. Lo hace a través del culto a los santos, ya presente en los primeros siglos de la Iglesia, así como a través de la profesión de fe en la *Communio Sanctorum* del Credo Apostólico. La Constitución Dogmática *Lumen Gentium* del Vaticano II desarrolla el tema de la Comunión de los Santos, aunque no lo presenta en estos términos. Con esto quiere recordar la unidad de la Iglesia –peregrina, necesitada de purificación y celestial– y la vocación universal a la santidad de todo bautizado. Al presentar a los santos como hermanos y bienhechores, la Constitución invita a los fieles a comulgar con los santos a través de la oración y la intercesión, así como a través del ejemplo de tantos hombres y mujeres que configuraron su vida con Cristo.

**Palabras clave:** santos; Iglesia; comunión; santidad; vocación.



<sup>1</sup> Pontificia Università della Santa Croce (PUSC), Roma, Itália.

## 1 Introdução

O presente artigo, *A Comunhão dos Santos e o chamado universal à santidade na Igreja*, examinará detalhadamente a doutrina da Comunhão dos Santos e sua relação com a vocação universal à santidade na Igreja.

A santidade, prerrogativa exclusiva de Deus – pois somente Deus é Santo (Ex 19,5) –, é comunicada à Igreja e a cada um de seus membros, convocando-os a viverem uma vida plena de virtudes cristãs. A veneração dos santos, desde os primeiros séculos do Cristianismo, e a profissão de fé na *Communio Sanctorum* do Credo apostólico são expressões dessa santidade comunitária e individual.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II (Denzinger, 2006) serve como referência central neste estudo, oferecendo uma visão abrangente sobre a unidade da Igreja – peregrina, necessitada de purificação e celeste – e a vocação universal à santidade de todos os batizados. Este artigo não apenas revisita a história e a teologia associadas a esses conceitos, mas também oferece uma reflexão sobre como a vida dos santos pode inspirar e guiar os fiéis em seu próprio caminho de santidade.

Portanto, inicialmente o artigo examinará os fundamentos teológicos da Comunhão dos Santos, explorando a base doutrinária e a importância histórica da veneração dos santos desde os primeiros séculos do Cristianismo; em seguida apresentará a santidade e a vocação universal de todo batizado como um dom de Deus comunicado à Igreja e a cada um de seus membros; também refletirá sobre a influência dos santos na vida cristã, ou seja, como a vida dos santos pode inspirar e guiar os fiéis no seu próprio caminho de santidade; por fim analisará alguns desafios contemporâneos à vivência da fé e à prática cristã, destacando os santos como modelos e intercessores.

Este estudo é, portanto, uma tentativa de aprofundar a compreensão e a vivência do chamado universal à santidade, sublinhando a importância da comunhão com os santos para uma vida cristã autêntica e transformadora.

## 2 A santidade e o culto dos santos nos primeiros séculos da Igreja

A santidade pertence unicamente a Deus e ao seu Filho Jesus Cristo, o único Santo, o único Senhor. Ele, porém, fez da santidade um dom ao seu povo, tornando-o uma nação consagrada (Ex 19,5-6). E Cristo comunicou essa santidade à Igreja, a cada membro do seu corpo (1Pd 2,9). É por esse motivo que Paulo pode chamar santos todos os cristãos, tanto aqueles de Roma (Rm 1,7) quanto aqueles de Jerusalém (Rm 15,25). Não deveria demorar, portanto, para que o título de santo fosse atribuído especialmente àqueles batizados que viveram a sua pertença a Cristo com uma plenitude maior, isto é, os mártires. Terminada a era das perseguições, o título foi estendido a outros fiéis nos quais resplandece mais intensamente a imagem do Senhor.

Entre os séculos IV e VI não existia muita clareza sobre o conceito de santidade, sendo ela associada ao martírio: santos eram os mártires. Mártir significa testemunha, e Cristo é o primeiro dos mártires, "a testemunha fiel" (Ap 1,5). O cristão que confessa a sua fé em Jesus até a morte testemunha o senhorio de Cristo e, unido a Ele, dá a Deus o seu testemunho de fidelidade (Martimort, 2010).

Com o passar do tempo a veneração com a qual se envolvia a memória dos mártires foi estendida àqueles que, sem terem derramado o próprio sangue, sofreram pela sua fé nos tormentos, nas prisões ou nas minas. Assim são venerados como mártires os papas Ponciano e Hipólito, mortos na deportação (251), bem como o Papa Cornélio, morto durante o exílio em Civitavecchia (251). A veneração dos confessores da fé como mártires marcou um primeiro passo na extensão do culto dos santos, o que levou, paralelamente, ao aprofundamento da compreensão da santidade.

Terminado o tempo das perseguições dos cristãos, nasce um novo tipo de martírio, bem como um novo tipo de santidade: a vida ascética. Os mestres da ascese, na sua morte, eram honrados com o mesmo culto reservado aos mártires (Martimort, 2010). São homens e mulheres que mortificaram o corpo e a vontade por amor ao

Senhor. Por ser considerada uma forma superior de ascese, a virgindade consagrada ao Senhor merece um destaque particular. As virgens Inês (Roma), Ágata (Catânia) e Luzia (Siracusa) são exemplos desse martírio.

Ao lado do calendário onde eram inscritos os aniversários de morte dos mártires, bem como dos confessores, cada Igreja possuía uma lista distinta onde eram inseridos os aniversários de morte dos seus bispos, cujo objetivo era fazer memória na oração comum. Nota-se, portanto, que o culto dos santos se estende agora ao culto dos bispos, sejam eles mártires, confessores ou ascetas.

Em uma época em que o título de "santo" ainda não tinha caráter específico próprio e os formulários litúrgicos permaneciam sob o domínio da improvisação (Martimort, 2010), também existiam muitas dúvidas e certa confusão relacionadas ao culto dos mártires, uma vez que não havia certeza se estes, realmente, teriam derramado o seu sangue ou teriam sido apenas confessores ou ascetas.

Fato inegável é que o culto dos santos se desenvolveu nos primeiros séculos da Igreja. E esse desenvolvimento não se refere somente à sua compreensão, mas se estende também ao plano territorial. Durante os primeiros séculos, o culto dos santos permaneceu restrito aos seus túmulos. Pouco a pouco o culto começou a irradiar-se para além do túmulo, embora conservando o túmulo como seu centro.

Se no dia do *natal* do mártir a assembleia litúrgica principal tomou lugar na basílica do cemitério onde se reúne a multidão para a missa *ad corpus*, também numerosos santuários da cidade celebram a festa do santo e, progressivamente, o seu nome passará ao calendário de outras Igrejas (Martimort, 2010, p. 139).

Numerosas foram as causas dessa "revolução" no culto dos santos. O primeiro grande fator da extensão do culto de um santo está relacionado à sua fama: os santos menos conhecidos devem a difusão do seu culto ao traslado e à divisão das suas relíquias. Estas, pelo seu grande número, multiplicavam o centro do culto, embora

restassem ligadas a um vestígio tangível do santo. Outro fator foi a literatura hagiográfica – além dos escritos dos santos –, que contribuiu muito para a difusão do culto. E, por fim, também as peregrinações (inicialmente à Terra Santa e Roma) constituíram um fator de difusão do culto dos santos (Martimort, 2010).

### 3 Creio na comunhão dos santos: história e significado

#### 3.1 História da inserção do artigo no Credo

Embora já se tenha notícias do culto dos santos nos primeiros séculos da Igreja, a Comunhão dos Santos, como é compreendida atualmente, surgiu posteriormente. A fórmula "creio na Comunhão dos Santos" não é mencionada no Credo niceno-constantinopolitano. Ela também não é encontrada nas fontes antigas da nossa fé. A Sagrada Escritura, embora exprima o conceito de união íntima de todos os fiéis em Cristo e mediante Cristo, não apresenta a formulação técnica do termo. Os santos padres ou não conhecem essa fórmula ou dão a ela um significado diverso (Piolanti, 1957). Apenas o Credo dos Apóstolos menciona esse artigo de fé.

A doutrina do Credo apostólico certamente está relacionada com a Revelação e é objetivamente contida no ensinamento dos Apóstolos. Tal Credo conheceu ao menos três redações. E a inserção da Comunhão dos Santos se dá na redação mais recente, cujos testemunhos fazem crer que não tenha acontecido antes do século VI.

A expressão "Comunhão dos Santos" ( /koinonia ton hagion) aparece pela primeira vez em dois textos donatistas: o primeiro é de 393, como documenta Agostinho (1982, p. 800) na *Exposição sobre os Salmos XXXVI, Sermão 2* (discurso realizado nos últimos meses de 403); o outro é transmitido por uma carta enviada pelos bispos donatistas ao tribuno Marcelino durante o Concílio de Cartago no ano de 411, na qual se lamentavam que a Igreja católica não seguia o exemplo dos profetas e dos apóstolos em excluir os pecadores da Comunhão dos Santos (Sorrentino, 2010).

Da parte católica, o texto mais antigo no qual se encontra a expressão *Communio Sanctorum* remete ao Concílio realizado em Nîmes no ano de 394. Nenhum desses textos, porém, sugere necessariamente a inserção do artigo de fé no Credo.

O primeiro a referir a inserção do artigo no Credo foi Niceta di Remesiana, no livro V da sua *Explanatio Symboli*. Outra menção da Comunhão dos Santos referida ao Credo apostólico encontra-se na obra *De Spiritu Sancto*, de Fausto de Riez, monge e posteriormente bispo de Riez. Também se registra o conceito de Comunhão dos Santos em alguns sermões pseudoagostinianos, provavelmente compostos na Gália meridional no século VI. Embora existam tais testemunhas, não se pode afirmar com exatidão a data de inserção do artigo no Credo. O mais provável é que tenha acontecido entre os séculos V e VI.

Outra questão refere-se ao motivo da inserção do artigo no Credo. Embora as suposições quanto à data remetam a uma resposta enérgica de São Jerônimo contra os erros de Vigilância sobre o culto dos santos ou à problemática com os donatistas, a inserção do artigo não traz nenhum resquício de reação, protesto ou ameaça. Pelo contrário, a inserção parece ser uma clara tomada de consciência da grandeza da dignidade própria dos cristãos. Disso pode-se deduzir que a razão mais provável da inserção se deva a uma explicação do artigo precedente: professando a fé na Igreja, verdadeiro Corpo de Cristo, parecia óbvio afirmar também a profunda união de todos os fiéis entre si (Piolanti, 1957).

### 3.2 Significado da expressão "Comunhão dos Santos"

Depois de termos apresentado um apanhado histórico relativo ao surgimento e à inserção do artigo no Credo apostólico, descreveremos o significado doutrinal da expressão "Comunhão dos Santos". Com esse conceito, estamos no coração do mistério da Igreja, compreendida de modo geral como *communio* em suas múltiplas dimensões.

A ambiguidade do genitivo plural, que em

grego e latim pode ser masculino ou neutro, faz com que a expressão *Communio Sanctorum* possa referir-se a pessoas ou coisas santas. No seu uso grego mais antigo parece referir-se à participação na Eucaristia. No Ocidente, refere-se mais comumente a pessoas santas, "designando de modo geral aquelas que estão na glória, as que estão na terra e, ocasionalmente, também as que estão no purgatório" (O'Donnel; Pié-Ninot, 2001, p. 199).

O Concílio de Trento, embora não se detenha na expressão *Communio Sanctorum*, sublinha algumas aplicações da fórmula, sobretudo concernentes à relação que subsiste entre os vivos e os defuntos pelos quais é aplicado o sacrifício eucarístico.

E, como neste divino sacrifício que se realiza na Missa está contido e é incruentamente imolado o mesmo Cristo que se ofereceu, uma só vez, de maneira cruenta no altar da cruz [...], os frutos da oblação cruenta são recebidos abundantemente por esta oblação incruenta [...]. Por isso, segundo a tradição dos Apóstolos, é legitimamente oferecida não só pelos pecados, penas, satisfações e outras necessidades dos fiéis vivos, mas também pelos falecidos em Cristo ainda não plenamente purificados (Denzinger, 2006, p. 447; DS, n. 1743).

Na Encíclica *Mirae Caritatis* (28 de maio de 1902), Papa Leão XIII, referindo-se à relação entre Eucaristia e Igreja, apresenta a seguinte definição sobre a Comunhão dos Santos:

Pois a Comunhão dos Santos não é outra coisa [...] senão a mútua comunicação de auxílio, expiação, preces e benefícios entre os fiéis, quer estejam de posse da pátria celeste, quer retidos no fogo da expiação, quer ainda peregrinos na terra, crescendo até formar uma só cidade, cuja cabeça é Cristo e cuja forma é a caridade (Denzinger, 2006, p. 729; DS, n. 3363).

A Comunhão dos Santos também é mencionada por Pio XII (1943; MC, n. 87) na Encíclica *Mystici Corporis*, no que se refere à oração: uma vez que todas as orações – também aquelas ditas de modo privado – concorrem para o bem de todo o corpo místico, aquilo que o indivíduo realiza de bom e de reto resulta em benefício para todos.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II apresenta uma exposição

ampla da Comunhão dos Santos, especialmente nos números 49 e 50. Embora não seja encontrada explicitamente no documento, a expressão o percorre como um fio interior, demonstrando a relação que existe entre os "discípulos de Cristo que peregrinam sobre a terra com aqueles que são purificados e quantos são glorificados e contemplam Deus como Ele é" (Denzinger, 2006, p. 963; LG, n. 49).

O capítulo VII da *Lumen Gentium* apresenta a índole escatológica da Igreja e, nesse contexto, acentua a relação da Igreja peregrina com aquela do paraíso e do purgatório. O documento afirma a existência de uma e única Igreja. E a união entre os membros peregrinos com seus irmãos mortos na paz de Cristo "não é interrompida com a morte, antes é consolidada através da comunhão de bens espirituais" (Denzinger, 2006, p. 963; LG, n. 49).

Esse intercâmbio de bens espirituais desenvolve-se na oração e nos sufrágios pelos defuntos e, por outro lado, no exemplo oferecido pelos santos – aqueles que fielmente seguiram a Cristo e nos entusiasma a buscar a cidade futura e, ao mesmo tempo, ensinam um caminho seguro pelo qual cada batizado, segundo estado e condição próprios, pode chegar à união perfeita com Cristo (Denzinger, 2006; LG, n. 50b).

Unida ao exemplo, encontra-se a intercessão. Nesse sentido, a Constituição convida a que dirijamos aos bem-aventurados "as nossas súplicas e recorramos às suas orações, ajuda e patrocínio, para obter de Deus os benefícios, por Seu Filho Jesus Cristo" (Denzinger, 2006, p. 965; LG, n. 50c). A comunhão entre os membros e o intercâmbio de bens deve fortalecer o exercício da caridade fraterna e, por conseguinte, aumentar a união da Igreja.

A união da Igreja peregrina com a celeste encontra seu ponto central na Liturgia e, de modo particular, no sacrifício eucarístico, quando a Igreja peregrina se une no mais alto grau "ao culto da Igreja celeste, comungando e venerando a memória, primeiramente da gloriosa sempre Virgem Maria, de S. José, dos santos Apóstolos e mártires e de todos os santos" (Denzinger, 2006,

p. 966; LG, n. 50d).

O Catecismo da Igreja Católica (CEC, n. 946) é categórico ao referir-se à *Communio Sanctorum*: "a Comunhão dos Santos é precisamente a Igreja". Isso porque todos os crentes formam um só corpo em Cristo: Ele é a Cabeça e nós somos seus membros. Apresentando uma síntese da fé da Igreja sobre a Comunhão dos Santos, o Catecismo demonstra que, inicialmente, a expressão é compreendida como comunhão nas coisas santas (*sancta*), em particular na Eucaristia, "pela qual é representada e se realiza a unidade dos fiéis que constituem um só Corpo em Cristo" (CEC, n. 960); posteriormente, como comunhão entre as pessoas santas (*sancti*).

As coisas santas das quais a comunhão se nutre são identificadas na fé, nos sacramentos, nos carismas, na partilha dos mesmos bens materiais, na circulação da caridade. A comunhão entre as pessoas santas retoma a doutrina tradicional sobre a comunhão entre a Igreja celeste e terrestre na articulação dos três "estados" da Igreja, sublinhando a intercessão dos santos, a comunhão com os santos, a relação com os defuntos (Sorrentino, 2010, p. 293).

A partir do que foi apresentado, é notável a riqueza da Comunhão dos Santos. Corroborando essa premissa o fato de não haver uma única definição para o termo. O aspecto fundamental da Comunhão dos Santos é a realidade do Corpo de Cristo, da qual deriva a *circumincessio* – para usar um termo trinitário – das três dimensões da Igreja (a peregrina, a necessitada de purificação e a celeste) e dos seus membros individualmente.

A Comunhão dos Santos expressa a comunhão de todos aqueles que estão unidos e recebem o influxo de Cristo, quer se encontrem na terra, no purgatório ou no céu. Não se refere unicamente à comunhão com e dos santos canonizados pela Igreja, mas de todos os batizados. Como o Espírito de Cristo impele à caridade e, logo, à abertura da alegria da comunicação, a consequência é a comunhão de bens que incessantemente é produzida com a participação de todos e que é derramada sobre todos.

## 4 Os santos e o chamado universal à santidade na Igreja

### 4.1 Alguns esboços sobre a compreensão da santidade

Depois da apresentação desse pequeno apêndice histórico acerca do culto dos santos, bem como sobre a "Comunhão dos Santos", chegamos à reflexão sobre a compreensão da santidade. Inicialmente ἅγιος (santo), na Grécia antiga, era um termo exclusivamente sacro e servia para designar os locais, os objetos e os atos de culto. Em toda a Antiguidade grega não se encontra nenhum caso em que a palavra "santo" tenha sido atribuída a um homem.

A Sagrada Escritura apresenta, no Antigo Testamento, a santidade como atributo divino: somente Deus é, por excelência, "o Santo" (1Rs 2,2; Jr 6,10). Deus é o Santo, mas a sua santidade se derrama sobre a terra (Is 6,3) e santifica tudo aquilo que está em relação com Ele, tudo o que, de algum modo, é destinado ao culto do Senhor (Piolanti, 1957). O homem também é santo quando faz parte de um povo escolhido por Deus através de uma aliança para que seja, de maneira particular, o seu povo (Lv 20,26).

No Novo Testamento todos os fiéis são chamados santos (2Cor 13,12) enquanto objeto de uma vocação, de uma escolha pessoal de Deus (1Pd 1,15), autor da santidade, através da obra de Jesus Cristo (1Cor, 1,30). Mediante sua morte e ressurreição, Cristo comunica a santidade por meio da fé e do Batismo (1Cor 6,11). O Espírito Santo habita nos fiéis, e essa presença implica uma escolha consciente, bem como uma vida de pureza e agir virtuoso (1Ts 4,3-8).

Nota-se uma mudança, um desenvolvimento na compreensão do apelativo ἅγιος: ele não se refere somente a locais santos, nem indica o privilégio de uma estirpe, como no Antigo Testamento, mas indica o conjunto dos discípulos de Jesus, todos aqueles que foram objeto de uma eleição gratuita de Deus e responderam mediante a fé, sancionada através do sacramento do Batismo (Piolanti, 1957). A santidade, portanto, não implica nenhuma canonização, mas designa

os fiéis em sua relação com Cristo e a vocação que lhes é conferida pela participação no Corpo de Cristo. A participação na vida divina traz como consequência lógica a imitação de Cristo e das suas virtudes.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II afirma que "todos na Igreja, quer pertençam à hierarquia quer por ela sejam pastoreados, são chamados à santidade" (Denzinger, 2006, p. 959; LG, n. 39). Essa santidade, continua o documento, manifesta-se e deve manifestar-se nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis. Ela exprime-se de muitas maneiras em cada um daqueles que, no seu estado de vida, tendem à perfeição da caridade, com edificação do próximo (Denzinger, 2006; LG, n. 39). Tudo isso para que o cristão possa "chegar à união perfeita com Cristo, na qual consiste a santidade" (Denzinger, 2006, p. 964; LG, n. 50b).

A santidade também foi tema da reflexão de inúmeros teólogos. Joseph Ratzinger (ainda cardeal), na obra *Gesù il Salvatore – soteriologia e mariologia* (escrita em parceria com Johann Auer), faz a seguinte pergunta: quem é um santo? Ao que ele mesmo responde:

Os santos são pessoas (cristãos) que, de acordo com a sua índole e os dons recebidos, sua época e suas forças, se esforçam em cumprir as exigências de Cristo nesta vida terrena e pelo menos em um ponto superam seus contemporâneos, servindo em "medida heroica" a Deus e a Cristo, ao seu reino e aos cristãos (e a todos os homens) como membros do corpo místico de Cristo. Neles aparece "visível" um traço significativo da vida e da obra de Cristo (Auer; Ratzinger, 1993, p. 662-663).

Ratzinger afirma que esse reflexo de Cristo na vida cristã dos santos é o motivo da profunda, humana e cristã veneração que o povo cristão dirige a essas pessoas. E é desse sentimento de veneração que nasce a confiança para dirigir-se a esses santos em todas as necessidades da vida e especialmente do reino de Deus neste mundo, para invocar a sua intercessão.

Outro teólogo que reflete sobre a santidade é Hans Urs von Balthasar, contemporâneo e amigo de Ratzinger. Santidade identifica-se com amor, aquele amor em que se prefere Deus e os homens

a si mesmo, isto é, impele a pessoa a viver para o Outro e para os outros. Como afirma o Apóstolo Paulo, "a caridade não busca o próprio interesse" (I Cor 13,5). Dessa forma, uma santidade que busca a si mesma, que se prende a si mesma como meta última, seria uma contradição em termos.

No âmbito da vocação à santidade não existe apenas uma grande variedade de tonalidades pessoais, mas também uma certa diferença de formato; existe, sem que seja possível estabelecer um corte preciso a este respeito, a vocação à santidade "habitual", que normalmente o cristão deve realizar dentro da Igreja e da comunidade, e a vocação a uma santidade particular, diferenciada, com a qual Deus, para o bem da Igreja e da comunidade, eleva uma única pessoa a um exemplo todo especial de santidade (Balthasar, 1974, p. 19).

Balthasar conduz a sua reflexão formulando, basicamente, dois tipos de santidade: uma santidade chamada "santidade representativa" – que, para ele, é a mais importante – e a "santidade por costume", por hábito. Para falar de "santidade representativa", Balthasar (1974, p. 19) refere-se à figura de Paulo: o Apóstolo dos Gentios é o "modelo de santidade representativa".

Paulo que, na consciência da própria missão, convida a Igreja a olhar para ele, a imitá-lo, como ele, por sua vez, imita o Senhor. E pode fazê-lo porque tem a certeza de não ter escolhido ele este papel, mas de ter sido posto como "vaso de eleição" em uma situação excepcional contra qualquer expectativa e, sabe muito bem que desobedeceria em um ponto essencial se não observasse o comando de resplandecer com a própria conduta diante de toda a Igreja, de ser quase um "espetáculo" aos seus olhos (Balthasar, 1974, p. 19).

A santidade representativa é aquela que, conforme o próprio Balthasar (1974) expressa, vai da Cabeça para o Corpo, entendendo Cabeça como Deus e o Corpo como a Igreja, a comunidade. E, segundo o teólogo, existe um motivo justo para a santidade percorrer esse caminho, ou seja, de Deus para a Igreja: o fato de Deus escolher algumas pessoas e fazer delas "santos" ou "santas", ao passo que a Igreja/comunidade deve dobrar-se diante desse santo. Esse "dobrar-se diante do santo" não significa subjugar-se à pessoa, mas dobrar-se diante de Deus. Por conseguinte, co-

meça-se a reconhecer nessas pessoas a presença do Espírito Santo.

Balthasar (1974) não relaciona essa vocação – ele refere-se a ela como vocação – à santidade representativa com perfeição. Para o teólogo suíço, a santidade representativa não está relacionada com a necessidade de a pessoa ser necessariamente "perfeita". Um único ato, uma única característica, faz alguém passível de ser santo. Como exemplo, podem ser citados os mártires que deram sua vida em nome de Deus. Esse ato, único, foi suficiente para canonizar muitas pessoas. Aquilo que no santo é perfeito é antes de tudo a sua missão.

A santidade por costume percorre o caminho diverso da santidade representativa. A esse respeito escreve Balthasar (1974, p. 19-20):

Na história da Igreja houve também alguns que, sem serem chamados, atribuíram-se a missão de uma santidade diferenciada e particular. Eles todos miseráveis, sustentam esforços também excessivos; mas suas ações traduzem algo de inautêntico. Pela sua alegada missão eles tiveram de chamar as forças de uma fonte diversa daquela de Deus. Os verdadeiros santos, chamados e exaltados por Deus mesmo, são todos obedientes a Ele. Eles não são simplesmente de picos, que, em virtude de particulares esforços ou dons, tiram vantagem sobre os outros, demonstrando uma maior coragem pessoal, enquanto aqueles outros permanecem na incerteza e na mediocridade.

A santidade por costume nasce, portanto, do útero da Igreja, da comunidade e, desta, sobe para a Cabeça. Enquanto no primeiro tipo de santidade a Igreja/comunidade deve dobrar-se diante do santo – que faz próprio o chamado, própria a vontade de Deus – e, portanto, diante da vontade de Deus, na santidade por costume é Deus que aceita o justo desejo da Sua Igreja e reconhece que algumas pessoas, por puro esforço – enorme esforço – de aprofundamento das virtudes cristãs comunitárias, conseguem atingir um grau de reconhecimento dos seus esforços. E essas pessoas, portanto, também são santas.

Ao interno da Igreja, que é o Corpo de Cristo, há missões e modos de santidade que do corpo tendem mais para a Cabeça, e outros que, da Cabeça tendem mais para o corpo. Embora com

compreensões distintas, ambos os tipos de santos vivem da mesma santidade de Deus e ambos são cristãos e juntamente eclesiais.

#### 4.2 Os santos e a vivência do chamado universal à santidade

Iniciamos nosso artigo com um apanhado histórico do culto dos santos na Igreja, para, em seguida, realizarmos uma apresentação histórica e epistemológica da expressão *Communio Sanctorum* da fé da Igreja. Por fim, refletimos sobre a compreensão da santidade presente na *Lumen Gentium*, bem como segundo o pensamento de alguns teólogos. Nosso objetivo, agora, é demonstrar de que modo os santos podem auxiliar-nos também em nosso caminho pessoal de santidade.

O culto dos santos tem diversos significados. Elencar e recordar alguns desses aspectos poderá jogar uma luz sobre a vivência pessoal da santidade. Segundo reflexão do então Cardeal Ratzinger, os santos fazem apreender de forma sempre renovada e concreta a mensagem e o exemplo de Cristo; com a sua vida motivam a proclamar – com eles e como eles – a glória de Deus e a empenhar-se no serviço da Igreja e do mundo; incentivam a descobrir, através da sua vida, o mistério da existência cristã no mundo e a vivê-la com coragem em todas as suas exigências e todos os seus desafios; infundem a força para confiar em Deus em todas as necessidades e dificuldades da vida e a conformar a vida a Cristo e com Cristo; por fim, os santos encorajam a invocar sua intercessão, uma vez que, estando unidos ao Senhor na glória celeste, sua oração de intercessão, somada àquela de Cristo diante do Pai, porta maior “efeito” à oração do fiel peregrino realizada sobre a terra (Auer; Ratzinger, 1993).

A juventude, especialmente do nosso tempo, anseia e busca por ideais, modelos, pessoas em quem possa se inspirar. A consequência disso é o fato de inúmeras vezes criar seus próprios “ídolos” – algum jogador de futebol, cantor/cantora, ator/atriz, político, digital *influencer* –, porque encontra neles alguma identificação. Quando a Igreja canoniza o santo, não o faz somente para

o culto litúrgico, mas também com o desejo de apresentar um modelo, alguém que atraia e inspire no caminho do seguimento de Cristo.

Os santos não são um simples ideal de perfeição, mas um caminho seguro para chegar a Cristo. Eles são como “janelas” que mantêm a sua individualidade e, ao mesmo tempo, refletem e fazem ver a beleza de Cristo. Assim, entrar em comunhão com os santos é entrar em comunhão com pessoas comuns, humanas, de carne, osso e limitações, mas que em sua vida conjugaram, de modo extraordinário, o mandamento do amor. Estar em comunhão com os santos é estar em comunhão com a Igreja; mais, é estar em comunhão com o próprio Cristo.

Muitas vezes a relação com os santos reduz-se a uma relação de clientela: tornamo-nos “clientes” de algum santo porque o auxílio da sua intercessão pode prover algum favor ou alguma necessidade. O Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium*, fala dos santos como nossos irmãos (Denzinger, 2006; LG, n. 50d). Essa mudança de perspectiva na relação com os santos é um convite a recordar os vínculos de familiaridade que existem entre todos os batizados: todos somos filhos de Deus e, portanto, irmãos uns dos outros (Denzinger, 2006; LG, n. 51).

Essa comunhão e essa união profunda com os santos, com os irmãos que já estão no céu ou que ainda necessitam de purificação, deve motivar e conduzir à comunhão com aqueles que ainda peregrinam conosco sobre a terra. Vê-se nos tempos atuais muita divisão, quer na humanidade como um todo, quer no seio da Igreja (as motivações são variadas, desde política à liturgia). Com seu exemplo, os santos mostram que é possível a comunhão entre todos, apesar e além de todas as diferenças. Para isso é importante um ponto de convergência, um ideal comum: a opção preferencial por Jesus Cristo, uma vez que todas as demais opções estão implícitas na fé cristológica, como afirma o Documento de Aparecida, no número 392.

Uma compreensão profunda da Comunhão dos Santos também contribuirá para integrar as dimensões vertical e horizontal da Igreja, a

terrena e a celeste. Elas não são contrapostas, mas complementares. Os santos recordam, sobretudo, a existência da realidade celeste: o céu existe; a eternidade é verdadeira. A vida não se reduz ao terreno e material; pelo contrário, "somente a transcendência redime a imanência" (Boff, 2023, p. 91).

"*Lumen gentium cum sit Christus*" (sendo Cristo a luz dos povos) (Denzinger, 2006, p. 920; LG, n. 1), como afirma a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, o Concílio recorda que a Igreja é, em Cristo, como que "o sacramento, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (Denzinger, 2006, p. 920; LG, n. 1). Os santos como "fáscas" que emanam da luz que é o Cristo recordam, com o seu testemunho, a unidade e a universalidade da Igreja – peregrina, necessitada de purificação e celeste –, bem como a índole escatológica, quer da Igreja, quer da pessoa individual. Também são uma "bússola" que aponta Cristo, estímulo e apoio fraterno para que cada batizado busque o Reino dos Céus e contemple, como eles e com eles, "claramente Deus trino e uno, como Ele é" (Denzinger, 2006, p. 963; LG, n. 49).

## 5 Considerações Finais

Ao longo deste artigo exploramos o conceito de Comunhão dos Santos e o chamado universal à santidade, temas centrais na teologia católica e fundamentais para a vida espiritual de todo cristão. Através de uma análise histórica e doutrinária, destacamos a importância da santidade como um dom divino comunicado à Igreja e a cada um de seus membros.

A doutrina da Comunhão dos Santos, presente na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II, revela a profunda unidade da Igreja: peregrina, necessitada de purificação e celeste; essas são dimensões da Igreja una e única. Tal visão escatológica da Igreja enfatiza a contínua intercessão e o contínuo exemplo dos santos, que servem como guias e intercessores para os fiéis na sua jornada de fé.

Os santos, como modelos de virtude e amor a Deus, desempenham um papel crucial na espiri-

tualidade cristã. Eles não apenas testemunham a possibilidade de viver uma vida de santidade, mas também inspiram e motivam os cristãos a buscarem a perfeição na caridade e na fidelidade a Cristo. A veneração dos santos, desde os primeiros séculos do Cristianismo, reflete a compreensão de que a santidade é acessível a todos os batizados, cada um segundo sua vocação e seu estado de vida.

Como amigos, modelos e intercessores, os santos recordam a possibilidade e a necessidade de uma vida em conformidade com os ensinamentos de Cristo. Suas vidas, marcadas por um profundo compromisso com Deus e com os outros, servem como guia, apoio e incentivo, uma vez que seu testemunho de vida motiva a contribuir para uma comunidade cristã mais autêntica e transformadora.

Além disso, a reflexão teológica sobre a santidade, conforme apresentada por teólogos como Joseph Ratzinger (Auer; Ratzinger, 1993) e Hans Urs von Balthasar (1974), reforça a ideia de que a santidade é uma chamada universal e diversificada, manifestando-se tanto na santidade representativa quanto na santidade habitual. Ambos os modos de santidade são essenciais para a edificação da Igreja e para a vivência cristã autêntica.

Por fim, a compreensão da Comunhão dos Santos deve levar os fiéis a uma maior união com Cristo e com a Igreja, promovendo uma espiritualidade que integra as dimensões vertical e horizontal da fé. Este estudo espera contribuir para uma renovada apreciação e vivência da santidade no cotidiano dos cristãos, inspirando-os a seguir o exemplo dos santos e a buscar, com perseverança e alegria, a plenitude da vida em Cristo.

## Referências

- AGOSTINHO, S. *Esposizione sui Salmi*, I. Roma: Is. n.1, 1982.
- AUER, J.; RATZINGER, J. *Gesù il Salvatore*. Soteriologia – Mariologia. Assisi: Cittadella Editrice, 1993.
- BALTHASAR, H. U. V. *Sorelle nello Spirito*. Teresa di Lisieux e Elisabetta de Dijon. Milano: Jaca Book, 1974.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, C. *A crise da Igreja católica e a teologia da libertação*. Campinas: Ecclesia, 2023.

DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja católica*. São Paulo: Loyola, 2006.

MARTIMORT, A. G. *La Chiesa in preghiera*. Introduzione alla Liturgia IV. La Liturgia e il tempo. Brescia: Queriniana, 2010.

O'DONNELL, C.; PIÉ-NINOT, S. *Diccionario de Eclesiología*. Madrid: San Pablo, 2001.

PAPA PIO XII. *Carta Encíclica Mystici Corporis*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1943. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_29061943\\_mystici-corporis-christi.html](https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html). Acesso em: 25 jun. 2024.

PIOLANTI, A. *Il mistero della comunione dei Santi nella Rivelazione e nella teologia*. Città di Castello: Società Poligrafica Editoriale, 1957.

SORRENTINO, D. *Comunión de los santos*. In: CALABRESE, G.; GOYRET, P.; PIAZZA, O. F. (ed.). *Diccionario de ecclesiología*. Madrid: BAC, 2016. p. 179-196.

---

### Cezar Luis Morbach

Doutorando em Teologia pela Pontificia Università della Santa Croce (PUSC), Itália. Mestre em Teologia pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

---

### Endereço para correspondência

**CEZAR LUIS MORBACH**

Pontificia Università della Santa Croce

Piazza di Sant'Apollinare, 49

00186

Roma, Itália

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*